

Dívida pública inibe recuperação

Brasil precisa alongar prazo de vencimento dos títulos para se proteger de crises internacionais

Vicente Nunes
Da equipe do **Correio**

O Brasil só vai ficar livre do contágio das crises internacionais quando conseguir, efetivamente, mudar a composição da dívida pública. É o que acredita o vice-presidente da Fundação Getúlio Vargas (FGV), professor Carlos Ivan Leal Simonsen. Segundo ele, à medida em que o governo voltar a emitir títulos prefixados de prazos mais longos em substituição às atuais Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) — papéis com rendimentos diários e sem nenhum risco para o mercado financeiro —, o país poderá promover altas temporárias de juros, sem, com isso, prejudicar o andamento da economia real.

Leal Simonsen sabe do que fala. Com a mudança na composição da dívida pública, aumentando o seu prazo de duração, o governo ganhará mais liberdade para monitorar melhor os índices de inflação. Se em outubro do ano passado, por exemplo, o perfil da dívida pública não fosse de curto prazo, o Banco Central poderia ter aumentado em dois ou três pontos percentuais as taxas de juros para conter o repique inflacionário sem fazer com que a economia se ressentisse dessa política no primeiro trimestre de 2000, quando o crescimento será medíocre. "Apenas uma pequena parcela da dívida seria contaminada pelo aumento dos juros e o país não correria o risco de ver seu endividamento quadruplicar

como aconteceu nos últimos quatro anos", afirma.

Uma dívida pública com prazo mais longo permitiria, ainda, ao governo, segundo Leal Simonsen, um instrumento alternativo ao aumento de juros para conter os movimentos indesejáveis de alta da inflação ou mesmo para conter processos acelerados de crescimento: o aumento dos depósitos compulsórios junto ao Banco Central. "Com essa medida o governo simplesmente não afetaria em nada o tamanho da dívida e ainda retiraria dinheiro da eco-

nomia para conter a demanda e evitar a alta dos preços", explica.

A necessária e urgente mudança no perfil da dívida não será, porém, tarefa fácil, na avaliação do economista. "Isso requer muita credibilidade", diz ele. E justifica: um investidor quando compra um título público com vencimento em três ou quatro anos quer ter a garantia de que vai mesmo receber seu dinheiro no dia do resgate. E mais: quer a garantia de que, se precisar vender os títulos antes do vencimento, poderá fazê-lo, sem problemas.

Nesse quadro desejável, afirma Leal Simonsen, estaria selado o alongamento e o custo menor da dívida pública. "O BC divulgou, no fim do ano passado, um pacote de 21 medidas para mudar a composição da dívida, criando um mercado secundário de títulos públicos. Tudo muito racional, mas que ainda levará tempo para dar os resultados esperados."

Outra preocupação do vice-presidente da FGV é com o desemprego. Ele afirma que a População Economicamente Ativa (PEA), com mais de 18 anos e apta a entrar no mercado de trabalho, está crescendo em média 2,5% ao ano. "Estamos falando da taxa de crescimento demográfico do Brasil de 20 anos atrás. Esses 2,5% são um índice muito alto", ressalta. Pelas suas contas, estão sendo jogadas anualmente no mercado entre 1,7 milhão e dois milhões de pessoas, se considerarmos que a PEA varia entre 70 milhões e 80 milhões de cidadãos. "Por isso, o país precisa crescer urgentemente e criar empregos."

Em comparação aos países mais desenvolvidos, a situação do emprego no Brasil é desastrosa. Segundo Leal Simonsen, nesses países o número de pessoas que saem do mercado de trabalho por meio de aposentadorias é quase o mesmo ou até maior do que o daqueles que estão entrando. Assim, qualquer crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nos países desenvolvidos significa aumento de renda para os trabalhadores.

No Brasil, somente para manter inalterada a renda per capita média do trabalhador, o PIB necessita aumentar 2,5%, absorvendo as pessoas que estão entrando no mercado. "Se o Brasil crescer apenas 0,5% no ano, significa dizer que a renda média do trabalhador encolherá 2%. Ou seja, o país estará piorando a distribuição de renda e aumentando o desemprego", diz Leal Simonsen.

Para o vice-presidente da FGV, nem mesmo o grande aumento da produtividade da indústria está conseguindo reverter a queda na renda média do trabalhador. "A produtividade é algo que tem enfeitado a longo prazo enquanto o emprego o governo mata rapidamente com o aumento dos juros e a recessão", afirma.

